



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER FAVORÁVEL Nº 2373/2022

REFERÊNCIA: EMENDA MODIFICATIVA - PROCESSO N. 2529/2022

RELATOR: DOMINGOS PROTETOR

Ementa: FICA ALTERADO O ART. 2º DO PROJETO DE LEI Nº 0481/2022, QUE ASSEGURA ÀS MULHERES O DIREITO A TER ACOMPANHANTE PESSOA DE SUA LIVRE ESCOLHA NAS CONSULTAS E EXAMES INCLUSIVE OS GINECOLÓGICOS NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS.

I - RELATÓRIO:

Trata-se de Emenda Modificativa (Processo n.º 2529/2022), apresentada pelo nobre Vereador Yuri Moura, que tem por objetivo alterar o art. 2.º do Projeto de Lei n.º 0481/2022, de autoria do Vereador Hingo Hammes, que “assegura às mulheres o direito a ter acompanhante, pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames, inclusive ginecológicos, nos estabelecimentos públicos e privados de saúde do Município de Petrópolis”.

A referida Emenda Modificativa foi protocolizada em 28 de abril de 2022 e encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em 18 de maio de 2022, para a verificação de sua constitucionalidade e legalidade, tendo sido definido como Relator o Vereador Domingos Protetor.

É o breve relatório. Passa-se a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

A presente Emenda Modificativa tem por fim alterar o art. 2.º do Projeto de Lei n.º 0481/2022, de autoria do Vereador Hingo Hammes, que “assegura às mulheres o direito a ter acompanhante, pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames, inclusive ginecológicos, nos estabelecimentos públicos e privados de saúde do Município de Petrópolis”.

O Autor do Projeto de Lei justifica que:

“Para este mandato popular a norma original do art. 2.º do Projeto de Lei n.º 0481/2022 pode levar a interpretação, por parte dos estabelecimentos de saúde, de que é obrigatório às mulheres, que buscam consultas e exames, ter acompanhante. Nesse caso, poderemos estar diante de uma violação do sigilo médico-paciente, que é essencial à segurança das informações confidenciais das pacientes. (...)”

De início, há de se ter em conta que a matéria objeto da proposição legislativa em comento encontra-se entre aquelas de iniciativa parlamentar, razão pela qual, nos termos do art. 59 da Lei Orgânica do Município de Petrópolis (Emenda à Lei Orgânica Municipal n.º 025, de 10/10/2012), **não há qualquer óbice à sua tramitação.**

Cumpra observar também que, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis (Resolução n.º 125, de 14/12/2012), é perfeitamente possível a apresentação de emendas modificativas a projetos de lei. Confirmam-se o art. 73, inciso IX e o art. 89, inciso II, do diploma mencionado:

“Art. 73 Proposição é toda matéria submetida a exame ou deliberação do Plenário.

§1.º As proposições poderão consistir em:

(...)

IX – Emenda ou Subemenda; (...)”

“Art.89 Emenda é a proposição apresentada por Vereador ou por uma Comissão como acessória de outra, podendo ser supressiva, modificativa, aditiva ou de redação, nos termos seguintes:

(...)

II – Emenda modificativa é a proposição que altera a outra.” (grifei)

Outrossim, enfatize-se que a Emenda Modificativa em análise, não interfere na estrutura e organização da Administração Pública Municipal, não esbarrando, de modo algum, nas matérias de iniciativa reservada do Prefeito Municipal, previstas no art. 60, inciso I a IV e art. 78, inciso XXXVII, da Lei Orgânica do Município de Petrópolis. Assim, **não há que se falar em vício formal de inconstitucionalidade, devendo esta proposição seguir seu trâmite normalmente.**

Em segundo, da leitura conjugada do art. 24, inciso XII com o art. 30, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988), depreende-se que todos os entes da Federação Brasileira, concorrentemente, são competentes para legislar sobre proteção e defesa da saúde, dispondo a União sobre normas gerais e os demais entes suplementando-as naquilo que lhes é de interesse próprio e que não as contrarie. Confira-se abaixo:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; ;

(...)

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.” (grifo nosso)

“Art. 30. Compete aos Municípios:

(...)

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (...)”
(grifei)

Ademais, observe-se que a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Petrópolis/RJ (Lei n.º 025, de 10/10/2012) trazem em seu bojo a competência do Município para legislar sobre interesse local. Assim, prescrevem o art. 30, incisos I e art. 16, § 3.º, respectivamente:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)”

“Art. 16. Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população:

(...)

§3º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual. (...)”

Neste sentido, louvável a preocupação do ilustre Vereador Yuri Moura em propor Emenda Modificativa que tenha por objetivo aperfeiçoar o Projeto de Lei n.º 0481/2022, deixando evidente que cabe, exclusivamente à mulher, escolher se quer ou não ser acompanhada em suas consultas médicas, bem como determinar seu acompanhante, conferindo-lhe a garantia de resguardo do sigilo médico-profissional. Nas palavras do Autor:

“(…) Durante as consultas médicas, as pacientes compartilham segredos ao profissional de saúde, seja por conta do resultado de um exame clínico, seja por sentir a necessidade de desabafar sobre a vida privada acreditando no princípio inicial de que o médico vai manter sua responsabilidade de sigilo.

Portanto, quando o estabelecimento de saúde compartilha “em local visível e de fácil acesso às pacientes” o direito a ter acompanhante nas consultas e exames, abre-se também um perigoso precedente das mulheres serem constrangidas por seus companheiros de que é “obrigatório” que elas entrem com acompanhante.” (grifei)

Portanto, estando a proposição legislativa em tela, do nobre Vereador Yuri Moura, em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município de Petrópolis e, diante da importância da matéria proposta e todos os benefícios que a mesma trará a esta cidade, **opina-se, favoravelmente, à Emenda Modificativa nº 2529/2022.**

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos termos do art. 35, I, a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis manifesta-se, **FAVORAVELMENTE**, à tramitação da **Emenda Modificativa nº 2529/2022.**

Sala das Comissões em 08 de Junho de 2022


FRED PROCÓPIO
Presidente



DOMINGOS PROTETOR
Vogal



YURI MOURA
Vogal